

APRESENTAÇÃO

Dossiê: “Reconhecimento”

Filipe Campello¹

Ao longo das últimas duas décadas, o conceito de reconhecimento alcançou um papel de destaque entre interpretações distintas no debate em filosofia política e teorias da justiça. Com raízes que remetem a Rousseau, Fichte e Hegel, dois trabalhos publicados em 1992 contribuíram de maneira decisiva para a retomada deste conceito de maneira mais influente: *Multiculturalismo e as políticas do reconhecimento*, de Charles Taylor, e *Luta por reconhecimento*, de Axel Honneth. A um primeiro momento de ampla repercussão destas abordagens seguiram-se críticas de matizes diversas, como as que tratavam de questões de identidade, distinções teóricas entre conceitos como reconhecimento e redistribuição ou ainda sobre o estatuto moral do reconhecimento e suas repercussões políticas e jurídicas.

O presente número da *Perspectiva Filosófica* é dedicado a este debate, abarcando visões distintas sobre o conceito de reconhecimento. O número insere-se ainda no âmbito do colóquio internacional da recém-criada Red Latinoamericana de Estudios sobre el Reconocimiento (RELAER), realizado em junho de 2016, em Lima. Reunindo também contribuições de autores(as) latino-americanos(as), o(a) leitor(a) brasileiro(a) poderá ter acesso a discussões sobre o reconhecimento no debate em língua espanhola, fortalecendo a interlocução teórica entre esses países.

O número é introduzido por um artigo de Frederick Neuhauser (Columbia University) intitulado “Rousseau e a pulsão humana por reconhecimento”, publicado originalmente no *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, e agora mais facilmente acessível ao leitor de língua portuguesa. Com uma exposição mais sucinta de uma proposta interpretativa desenvolvida em

¹ Doutor em Filosofia pela Goethe-Universität Frankfurt e Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, é coordenador do Núcleo de Estudos em Filosofia Política e Ética (NEFIPE) e editor da Revista *Perspectiva Filosófica*. E-mail: filipe.campello@ufpe.br.

detalhes no seu livro *Rousseau's Theodicy of Self Love*², Neuhouser propõe que o conceito rousseaiano de amor-próprio refere-se a uma espécie de pulsão primária por reconhecimento inerente à subjetivação, e que, dependendo dos processos de formação socialmente mediados, poderia dar forma a pulsões tanto “positivas” como “destrutivas”. A partir dessa interpretação, o artigo lança luz sobre novos aspectos da recepção do conceito de reconhecimento a partir de um percurso de reflexões que conduz de Rousseau a Hegel.

Os artigos seguintes voltam-se para a apropriação mais recente do conceito de reconhecimento. Primeiramente, no artigo intitulado “O reconhecimento como núcleo de fundamentação da normatividade”, Ana Fascioli (Universidade da República, Uruguai) contextualiza a abordagem de Honneth sobre o reconhecimento a partir de sua interlocução com Habermas, discutindo possíveis vantagens e desvantagens do uso desse conceito como fundamento no âmbito da filosofia moral. Em seguida, no artigo “Las políticas del reconocimiento en clave pragmatista”, Martha Palacios (Universitat de Barcelona) reconstrói a discussão entre Richard Rorty e Nancy Fraser sobre políticas da diferença, propondo que o reconhecimento da pluralidade cultural em sociedades democráticas não deve negligenciar as diferenças sociais. Já a partir da abordagem de Charles Taylor, Juan Orteño (Universidad Diego Portales/Universidad de Chile) elenca o que entende como as principais dificuldades para extrair consequências políticas do conceito de reconhecimento. Partindo da crítica de Taylor ao atomismo político e ao liberalismo procedimental, o autor propõe uma via indireta para tornar mais produtivos os desdobramentos políticos e jurídicos a partir do reconhecimento.

Em seguida, no artigo intitulado “Reconhecimento ideológico e intimidades políticas”, Bárbara Buriel (Universidade Federal de Pernambuco) defende que a teoria de Honneth não consegue satisfatoriamente analisar a esfera privada como também perpetrada por uma gramática de relações de poder, recaindo em uma “despolitização do privado”. Por fim, Enrico Paternostro (Universidade de Campinas) confronta, no artigo “Moralidade intersubjetiva e política passional: Abordagens sobre a dimensão emotiva da

² NEUHOUSER, Frederick, *Rousseau's Theodicy of Self Love: Evil, Rationality and the Drive for Recognition*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

luta social”, dois modelos distintos de recepção do papel das emoções no âmbito de teoria social: por um lado, a teoria do reconhecimento de Honneth, e, por outro, os estudos de James Jasper, Francesca Polletta e Jeff Goodwin sobre *política passional*. Com isso, o autor reenquadra o debate sobre o reconhecimento em uma perspectiva mais ampla da teoria social e política.

Com este amplo leque de interpretações, o número oferece um panorama bastante compreensivo de algumas das principais questões em torno do conceito de reconhecimento, contribuindo para qualificar ainda mais o debate sobre este tema no Brasil. Gostaria de agradecer aos autores e autoras deste volume pelas contribuições enviadas e a equipe editorial pela revisão e formatação dos artigos.

Boa leitura!